

A necessidade de se estabelecer um amplo diálogo nacional para resolver os problemas econômicos foi o principal assunto, ontem, do III Congresso Nacional das Associações Comerciais. Essa tese foi defendida já na abertura do encontro pelo governador Tancredo Neves, que também disse estar "cada vez mais convencido de que o Estado é o grande gerador da inflação brasileira e, enquanto não for ele contido no gigantismo de sua expansão e na absurda hipertrofia do seu desmedido intervencionismo, o surto inflacionário no Brasil não será debelado".

Bastante aplaudido pelos cerca de 600 empresários presentes à reunião, Tancredo Neves afirmou ainda que "há muitos homens sem emprego e renda. Há máquinas paradas e a produção desenvolve-se em ritmo lento. Há intensa e aflitiva busca de emprego e há carência de produtos. Há capacidade ociosa". Este quadro, segundo o governador mineiro, "mostra como as coisas estão desorganizadas e como é decisivo que se consiga um arranjo social que enseje a combinação dos detentores do capital e da iniciativa com os trabalhadores, para que se explore todo o potencial de produção e a realização humana acumulado ao longo do tempo".

No discurso, Tancredo Neves apontou o caminho que poderá levar a um equacionamento da crise: "O renascer da esperança depende exclusivamente do entendimento", disse ele, acrescentando que a "recomposição da organização social e da ordem econômica interna será fruto de uma disciplina consensual".

Nesse sentido, o governador mineiro disse que o presidente da República fez bem "ao repudiar, em recente pronunciamento público, a insinuação do retorno ao arbítrio



Afif



Tancredo



Barreto

Tancredo propõe grande debate para resolver a crise

A proposta foi feita ao Congresso das Associações Comerciais

como forma de resolver os problemas da economia. Esse seria o caminho daqueles que negam e desconhecem o valor da nacionalidade e os decantados méritos de uma unidade geográfica continental".

Acreditando na capacidade de o País encontrar soluções para seus problemas — "não somos um País destruído nem um povo estiolado pela guerra" —, o governador Tancredo Neves defende que o processo de retomada do desenvolvimento econômico "deve ser entendido não como um processo abstrato de aumento estatístico de produto real, mas como um processo que gere empregos, distribua a renda, propi-

cie a melhoria do nível de vida de todas as camadas da população".

No mesmo Congresso, o presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil, Ruy Barreto, disse que o presidente Figueiredo "tem de assumir o comando da abertura econômica com a mesma firmeza com que assumiu a abertura política".

Para Barreto, além do comando do presidente Figueiredo, a retomada do desenvolvimento nacional "exige como pré-condição a retomada de um grande, sincero e franco diálogo nacional, que acentue e aprofunde a abertura política — em

plena correspondência com as aspirações da Nação".

No quadro econômico brasileiro — marcado pelas dívidas externa, interna e social — "torna-se anacrônica", segundo Ruy Barreto, "a manutenção de um modelo econômico que centraliza autoritariamente as decisões, como se o Brasil fosse um povo formado de pacientes rebanhos, laboratório de experiências extravagantes, que só tem conduzido à recessão e ao desemprego".

Para ele, "todas as nossas conquistas políticas recentes estarão ameaçadas enquanto não se estabelecer um fecundo diálogo entre o povo e o governo, em torno dos problemas econômicos que nos afligem".

Também o presidente da Associação Comercial de São Paulo, Guilherme Afif Domingos, disse que "a única esperança que resta na implantação de medidas contundentes para o saneamento da economia é o respaldo que o presidente Figueiredo deve dar às medidas de seu governo".

Para a retomada do processo de desenvolvimento, Afif defendeu a necessidade de que o Brasil "acerte com nossos credores um plano que alivie a tensão do estorno diário de caixa e que nos dê um período de carência suficiente para que a Nação reorientar sua economia". Este prazo de carência, segundo ele, deve ser de quatro anos.

Na reorientação de sua economia, Afif acredita que o primeiro passo a ser dado pelo País tem que ser a aplicação de maior austeridade sobre o custeio público que seja improdutivo, e a reorientação do investimento público que seja produtiva, numa primeira etapa, de empregos, e de aumento de produtos, numa segunda fase.